

Minerais críticos: primeiro, para os brasileiros; depois, para o mundo



» BRUNO GOMES
Sociólogo (Sorbonne) e mestre em geopolítica (Universidade de Paris 8). Sócio fundador da HUMANA – Serviços em Sustentabilidade

política nacional de minerais críticos e estratégicos deve conter, igualmente, três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, o adensamento e a promoção de cadeias industriais associadas aos recursos explorados, criando valor agregado, empregos, arrecadação e oportunidades de negócios e investimento; em segundo lugar, uma estratégia bem construída com disposições concretas, inclusive de natureza financeira e tributária, quanto ao incentivo à economia circular, ao reúso, ao reaproveitamento e à reciclagem dos bens minerais já extraídos do solo e onipresentes em nossas cidades; e, por fim, um conjunto de medidas que busque garantir um desenvolvimento socioeconômico justo, enfrentador das desigualdades e contradições que permeiam o país. Todos considerando cada um dos territórios onde serão extraídos, transportados ou transformados tais recursos.

No ano da COP30, o Brasil tem, sim, a possibilidade de se mostrar um parceiro confiável, disposto a contribuir com a transição e a segurança energética do resto do mundo. Porém, como nação e como sociedade, e assim como se comportam os demais países, do mais ao menos amigável, devemos fazer as escolhas políticas necessárias para que cada grama de nossos recursos minerais (finitos, é bom lembrar) contribua para melhorar a vida dos brasileiros. Toda e qualquer facilidade acordada a projetos considerados estratégicos nesse setor, seja do ponto de vista tributário, aduaneiro e no acesso a crédito, seja com uma agilidade no processo de licenciamento (que pressupõe igual rigor, porém com multiplicação de esforços), deve, assim, estar atrelada a investimentos obrigatórios em pesquisa e inovação,

por um lado, e em desenvolvimento socioeconômico dos territórios, por outro lado.

Grandes projetos e investimentos na exploração de minerais críticos e estratégicos, sem dúvida, participarão das transformações que irão ajudar o mundo a enfrentar a crise climática, descarbonizando a economia e nossos modos de vida, porém não podem fazê-los sacrificando o bem-estar social, ambiental e econômico das populações com as quais convivem, compartilhando de um mesmo território. Já existem exemplos de projetos robustos, com resultados concretos e mensuráveis, implementados em parceria por empresas e poder público, que evidenciam a oportunidade de se investir em ações de planejamento e governança territorial, diversificação e dinamismo econômico, construindo agendas territoriais compartilhadas, fortalecendo capacidades institucionais e imaginando novos mecanismos financeiros voltados ao desenvolvimento.

A política dos royalties da mineração (a CFEM, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), principalmente de matérias-primas críticas e estratégicas, deve ser reestruturada, reaberta a uma discussão democrática com toda a sociedade, para que tenha destinação clara e precisa, em benefício do interesse público. Assim como já aconteceu com o petróleo do pré-sal, por exemplo.

Na nova geopolítica mineral, o Brasil pode ser um bom fornecedor de recursos para o mundo, pode ser um grande ator — de primeiro plano — em cadeias industriais globalizadas e mais sustentáveis, mas deve ser, antes de mais nada, um formador de futuro para seu próprio povo.

Por que os 50+ estão redefinindo o futuro do mercado imobiliário



» BETE MARIN
Especializada em gerontologia, marketing e comunicação. Cofundadora da MV Marketing, agência dirigida ao consumidor 50+

O Brasil atravessa uma transformação irreversível e sem precedentes: o envelhecimento populacional avança em um ritmo ainda mais acelerado do que previam as pesquisas demográficas realizadas nos últimos anos. De 2000 a 2023, a proporção de idosos na população quase duplicou. Os dados do IBGE mostram que, nesse período, a participação das pessoas com 60 anos ou mais passou de 8,7% para 15,6%. Em números absolutos, o total de idosos saltou de 15,2 milhões para 33 milhões. Em 2070, estima-se que cerca de 37,8% dos brasileiros, o equivalente a 75,3 milhões de pessoas, terão 60 anos ou mais.

Segundo estimativas recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), a população com 50 anos ou mais já representa 29% dos brasileiros e deve atingir 40% até 2044, o que corresponde a quatro em cada 10 habitantes. Esse movimento demográfico começa a redesenhar prioridades e comportamentos de consumo em diferentes setores da economia, incluindo o mercado imobiliário, que precisa se preparar para atender demandas cada vez mais específicas de uma sociedade que envelhece rapidamente.

De acordo com projeções da Data8, a economia prateada, que engloba o consumo do público 50+, movimentava hoje US\$ 22 trilhões por ano no mundo, configurando-se como a terceira maior economia global. No Brasil, esse segmento soma R\$ 1,8 trilhão em consumo anual, equivalente a 24% de todo o consumo privado. A projeção é de que esse volume ultrapasse R\$ 3,8 trilhões até 2044, alcançando 35% de participação no consumo nacional.

O impacto direto no mercado imobiliário é expressivo: segundo estudo da Data8, entre 26% e 30% do orçamento mensal dos consumidores maduros é destinado à moradia. No entanto, a maioria das residências brasileiras não foi planejada para essa nova realidade. Segurança, acessibilidade, conforto e proximidade com serviços tornaram-se prioridades em todas as classes sociais, e essa lacuna cria uma série de oportunidades para o setor.

Além disso, o comportamento de consumo aponta uma preferência clara por soluções que preservem autonomia e vínculos afetivos. Segundo o Censo 2022, 28,7% das pessoas que vivem sozinhas têm 60 anos ou mais: são 5,6 milhões de idosos em domicílios unipessoais, a maior proporção entre todas as faixas etárias.

A segurança residencial é um exemplo concreto dessa nova demanda. O aumento de quedas dentro de casa entre pessoas maduras já é tratado como um problema de saúde pública. Este também foi um dos fatores que me motivaram a me aprofundar no tema da longevidade e do morar, buscando especialização após vivenciar de perto essa realidade com meus pais, que sofreram sérias consequências em decorrência de quedas domésticas. Projetos que incorporem soluções de prevenção, desde a fase de concepção arquitetônica, terão maior aderência comercial e valor percebido.

Nesse contexto, o mercado imobiliário já sente os efeitos desse novo perfil de consumidor. Há um crescimento consistente da busca por imóveis com plantas funcionais, menos barreiras arquitetônicas, elevadores, áreas de convivência e localização estratégica. Muitos consumidores maduros, após a saída dos filhos, optam por imóveis menores, mas com infraestrutura ampla, maior segurança e serviços integrados. Também cresce o interesse por condomínios com espaços colaborativos e residenciais que ofereçam apoio ao bem-estar e qualidade de vida.

A longevidade é mais do que um fenômeno demográfico: ela se consolida como uma nova fronteira de inovação, diferenciação e crescimento para o mercado imobiliário brasileiro. O impacto vai além da construção civil, movimentando toda a cadeia de valor que orbita o morar: indústria moveleira, arquitetura, tecnologia residencial, serviços de bem-estar e hospitalidade.

Nem todos os 50+ têm os mesmos desejos e necessidades. Existe um amplo espectro de perfis, dos mais ativos, que valorizam experiências, aos que priorizam segurança e tranquilidade. Compreender essa diversidade e criar soluções alinhadas ao propósito de viver com autonomia e qualidade de vida é essencial e abre inúmeras oportunidades de inovação.

Quem deseja se manter competitivo precisa olhar para esse público com atenção, empatia e estratégia. Estamos vivendo uma transformação sem precedentes e os empreendimentos que souberem inovar com propósito terão uma vantagem competitiva robusta. É hora de colocar a longevidade no centro das decisões e construir projetos que façam sentido para o presente e para o futuro.

Maurenilson Freire



O Brasil na encruzilhada do futuro digital e verde



» ANDRIEI GUTIERREZ
Presidente do Conselho de Economia Digital e Inovação da FecomercioSP

e soluções estrangeiras. A resposta está na expansão estratégica da capacidade de data centers em território nacional. Felizmente, esses centros têm se tornado cada vez mais sustentáveis, otimizando o consumo energético e utilizando fontes renováveis. É aqui que reside uma oportunidade dourada para o Brasil: a nossa matriz elétrica predominantemente limpa nos confere uma vantagem comparativa única para nos posicionarmos como um polo global de “data centers verdes”, exportando serviços de processamento de dados e de IA com baixa pegada de carbono para o mundo.

Contudo, é fundamental agir com discernimento para que essa vantagem não seja desperdiçada. Além da reintrodução de fontes mais poluentes na matriz elétrica — com o uso constante de usinas térmicas para compensar a intermitência das fontes solar e eólica, principalmente na estiação —, agrava esse cenário a aprovação, pelo Congresso Nacional, de legislações que prolongam a operação de térmicas a carvão mineral e autorizam novas unidades a combustíveis fósseis. Muitas dessas medidas foram inseridas sem ampla discussão técnica.

Além de uma infraestrutura de IA mais verde, a própria inteligência artificial é uma aliada poderosa na busca por soluções para as questões ambientais. As suas aplicações são vastas e promissoras, desde a otimização do uso de recursos hídricos e energéticos na agricultura de precisão e na gestão de redes elétricas inteligentes até o monitoramento e o combate, em tempo real, ao desmatamento ilegal e às queimadas que assolam os nossos biomas. A tecnologia pode refinar modelos

climáticos, prever desastres naturais com mais antecedência, otimizar a gestão de resíduos sólidos (estimulando a economia circular) e auxiliar na catalogação e na preservação da nossa rica biodiversidade. Ferramentas essas que, se bem aplicadas, podem acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

O Brasil encontra-se, portanto, em uma encruzilhada decisiva. A IA oferece um potencial transformador para alavancar a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico, mas esse futuro não é garantido; precisa ser ativamente construído. Nesse sentido, o papel do Estado é central, não apenas como regulador, mas como indutor de políticas públicas estruturantes de médio e longo prazos que preparem o país para as dinâmicas complexas do século 21.

Mais do que ações isoladas ou respostas reativas, o que se impõe é a construção de um verdadeiro projeto de nação para a era digital — o qual deve ser, sobretudo, inclusivo, assegurando que os saltos tecnológicos e os benefícios da IA e da digitalização não acentuem desigualdades, mas, ao contrário, sirvam como ferramentas para reduzir disparidades e promover oportunidades para todos os brasileiros.

Tal empreitada exige uma visão estratégica e uma governança articulada entre os diferentes níveis de governo, além de setor privado, academia e sociedade civil, materializada em investimentos robustos em infraestrutura digital e na capacitação humana, e no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento em IA com foco em soluções sustentáveis, bem como em um compromisso inabalável com a universalização do acesso e do conhecimento digitais.

JOSÉ GOLDEMBERG
Presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP

A transformação digital é cada vez mais urgente. Nesse contexto, a inteligência artificial (IA) não é um luxo, mas uma necessidade. Deixar de abraçar essa tecnologia significa aprofundar desigualdades e arriscar a relevância do país no contexto internacional. Contudo, essa ferramenta precisa ser desenvolvida e implementada sob a égide de boas práticas de sustentabilidade, considerando o seu consumo energético. Nesse complexo quebra-cabeça, o Brasil tem, diante de si, tanto o desafio de se adaptar quanto a oportunidade de protagonizar um novo ciclo de desenvolvimento — e um dos pontos centrais para essa virada é a infraestrutura digital.

Atualmente, estima-se que o Brasil dependa entre 50% e 60% do processamento de seus dados em servidores (ou data centers) localizados no exterior. É preciso que o país reduza essa dependência excessiva, ao mesmo tempo em que não se feche para serviços